

**A produção de conhecimento científico sobre as (im) possibilidades de uma educação inclusiva e anticapacista no ensino superior: uma revisão bibliométrica**

**PAULA PEREIRA DE ALVARENGA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

**ALINE DA CUNHA MIRANDA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

# **A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE AS (IM) POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ANTICAPACISTA NO ENSINO SUPERIOR: Uma Revisão Bibliométrica**

## **1 INTRODUÇÃO**

O termo educação inclusiva começou a ser debatido e refletido a nível mundial, oficialmente, a partir da década de 1990 por meio da Conferência de Jomtiem (Tailândia) que teve como produto a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: necessidades básicas de aprendizagem. Desde então, a educação inclusiva passou a fazer parte da agenda política e de normatizações em vários países do mundo em uma perspectiva de viabilização e garantia à participação e permanência de todos os sujeitos junto aos sistemas educacionais. Porém, a inclusão como princípio perpassa pela luta e defesa da participação social plena de todos e também pela defesa da democracia. O que se observa, portanto, é que a inclusão enquanto garantia de direitos não se resume a apenas uma área envolta à vida dos sujeitos, mas a uma gama de condições (saúde, educação, moradia, lazer) para que os indivíduos possuam igualdade de tratamento, oportunidades e participação plena na sociedade, independentemente de seus pertencimentos étnicos-raciais, de classe, gênero, deficiências, geracionais, regionais, dentre outros marcadores sociais (Santos, 2003).

A educação, por sua vez, assume protagonismo nesta luta por se consubstanciar enquanto um direito que permite aos indivíduos para além do aprendizado e formação de habilidades para a vida habitual, profissional e técnica, o seu desenvolvimento enquanto cidadão – que se encontra envolto de uma rede de relações integrativas junto à sociedade diversa e plural. Neste sentido, entende-se que a função da educação, independentemente de seu nível básico ou superior é potencializar a formação humana, pautada em princípios éticos e humanizados (Santos, 2020; Dibbern; Serafim, 2021).

Já em relação ao ensino superior, as reflexões sobre a necessidade de tornar o espaço universitário mais diverso, plural e inclusivo ganhou mais notoriedade por meio da defesa e emergência das políticas de acesso como a reserva de vagas (política de cotas). No âmbito internacional, Dolmage (2017) faz uma análise do contexto norte americano apontando como a estrutura universitária se dedicou por décadas à uma formação de indivíduos majoritariamente advindos das classes privilegiadas, sendo a sua maioria composta por homens brancos e com corpos considerados “produtivos” e ideais para a reprodução de uma sociedade produtiva, funcional ao sistema capitalista e, conseqüentemente, “de sucesso”. Outros grupos, como as pessoas com deficiência e as pessoas pretas, eram até então excluídas desse ambiente, muito em razão da defesa e imersão dos princípios eugenistas, que influenciaram a reprodução de uma estrutura universitária classista, capacitista<sup>1</sup> e racista.

Corroborando com tal análise e ainda nesta perspectiva histórica sobre as influências junto ao ensino superior de uma cultura capacitista, classista, racista e sexista, Lima, Ferreira e Lopes (2020) apontam que a educação especial brasileira, desde sua gênese, encontrou na ideologia eugenista<sup>2</sup> e na supremacia do modelo médico e biológico<sup>3</sup> as suas bases de sustentação para se pensar ações, estratégias, políticas e programas direcionados às pessoas com deficiência. Essa influência produziu uma cultura capacitista no Brasil ao se pensar nas pessoas com deficiência e isso tem causado repercussões em relação à desigualdade de condições e oportunidades até os dias atuais em todos os espaços - sejam públicos ou privados - ocupados por esse público.

Por outro lado, a partir da “IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES”, realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2017) em conjunto com o Fórum Nacional de Pró-Reitores em Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), observa-se uma considerável mudança no

perfil dos estudantes das IFES brasileiras, após o advento do Sistema de Seleção Unificada – SISU, regulamentado pela Lei nº 12.711/2012. Tal alteração fez com que as instituições passassem a conviver com o aumento substancial de um público com deficiência, preto, pardo e indígena oriundos de escolas públicas e com renda *per capita* familiar inferior a 1,5 salários-mínimos (até 2023).

Apesar do aumento desse público junto às IFES brasileiras, após o advento das cotas, observa-se com base na Sinopse Estatística do Ensino Superior de 2022 (INEP, 2023) que o número total de matrículas nos cursos de graduação presenciais por programas de reservas de vagas no ano de 2022 foi de um total de 590.881, sendo 10.140 vagas ocupadas por pessoas com deficiência, o que equivale a um percentual de 1,71 % do total de vagas reservadas ocupadas por discentes com deficiência. Porém, o que mais chamou a atenção nestes indicadores diz respeito às diferenças substanciais em relação ao número de matriculados com deficiência brancos e pretos e a comparação dos dados quanto à ocupação das vagas pelas mulheres e homens com deficiência.

Por meio de tais dados é possível refletir que mesmo diante de uma política de ação afirmativa (cotas) que visa enfrentar a desigualdade de condições e oportunidades entre grupos historicamente estigmatizados, marginalizados e excluídos de espaços privilegiados, como foi o ensino superior público por décadas, ainda assim, persistem diferenças representativas substanciais de acesso entre tais grupos e aquele privilegiado (homem, branco). Há que se compreender, portanto, os motivos de tais disparidades, principalmente, nos indicadores de políticas de ações afirmativas no ensino superior.

Articulada a esta análise, estão as discussões sobre como a concepção da deficiência, na história, se restringiu à funcionalidade do corpo diante das exigências construídas e reproduzidas pelo sistema capitalista como ideais à (re) produção. A “corponormatividade” aparece, assim, como uma das premissas para se padronizar, exigir e reproduzir o ideal de funcionalidade e capacidade dos corpos dos indivíduos para o desenvolvimento do capitalismo. Ou seja, são os “padrões hegemônicos funcionais/corporais” estabelecidos por esse sistema de produção, que hierarquiza e subjuga os corpos (mulheres pobres, pretas e com deficiência) entre os que são funcionais à lógica da reprodução do sistema e aqueles que não o são (Mello; Nuernberg, 2012, p. 636).

Desta feita, considerando a necessidade do ensino superior, especialmente, as universidades públicas se atentarem ao seu novo contexto de uma ocupação de vagas mais diversa e plural, mesmo diante de problemáticas das desigualdades que envolvem a interseccionalidade raça, classe, gênero com a transversalidade com a deficiência, faz-se necessário se repensar a forma como tem-se organizado e formulado a produção de conhecimento, tendo em vista a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e as políticas de permanência (Dibbern; Serafim, 2021; Gesser; Block; Mello, 2020).

Para corroborar com esse debate, a presente pesquisa está orientada pelo seguinte questionamento: como tem evoluído, ao longo do tempo, a produção científica sobre educação inclusiva e anticapacitista no ensino superior? E como objetivo, portanto, está a análise da evolução e das tendências da produção científica sobre as (im) possibilidades de uma educação inclusiva e anticapacitista no ensino superior, por meio de uma revisão bibliométrica, visando mapear os principais autores, instituições, periódicos, abordagens teóricas e lacunas existentes. Propõe-se ao final uma agenda de estudos futuros com base nas lacunas identificadas, indo além de uma enumeração genérica, conforme sugerido por Chimenti (2025).

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A educação inclusiva encontra-se imersa no projeto capitalista de sociedade, haja vista que as pessoas com deficiência historicamente passaram de indivíduos não “usuais” ao sistema e à sua

corponormatividade, como “usuais” ao sistema (indústria do autismo, uso político das deficiências) para a (re) produção de mais capital (McRuer, 2006). Em uma tentativa de romper com tal problemática, Price (2024) propõe em sua teoria a superação da concepção de deficiência atrelada ao modelo médico (e até social), que historicamente, coloca as pessoas com deficiência no lócus das patologias.

Assim, para a autora urge se pensar as deficiências em uma perspectiva política e, portanto, que considere uma nova maneira de compreender o tempo, o espaço e a acessibilidade vivida por acadêmicos com deficiência, já que os modelos até então imperativos para a construção social das deficiências geram o agravamento das desigualdades, que também são estruturais, haja vista o capacitismo (Price, 2024).

Corroborando com tal análise, Valle e Connor (2014, p. 83) refletem sobre o termo inclusão como fundamentalmente ligado à equidade educacional, bem como, a uma questão de justiça social. Segundo os autores, somente se concebendo a inclusão por meio destes princípios é que as pessoas com deficiência serão tratadas de forma justa e pertinente. Neste sentido, a “inclusão não acontece por si mesma. Ela é praticada diariamente por pessoas específicas em contextos de aprendizagem específicos, a fim de viverem e trabalharem juntas de forma significativa”.

Considera-se fundamental neste estudo, porém, defender o conceito de inclusão com base nos estudos de deficiência na educação de Valle e Connor (2014). Assim, a inclusão perpassa pelas questões de justiça social e de equidade educacional, sendo, por conseguinte, considerada como um sistema de crenças de âmbito escolar, no qual a diversidade é vista como um recurso rico para todo mundo, em vez de um problema a ser superado (Valle e Connor, 2014, p. 84).

Cumprir notar que a terminologia diversidade aparece nesta conceituação substituindo o termo deficiência e isto é central para se compreender aquilo que Valle e Connor (2014) pretendem em sua tese de que a inclusão deve ir além do atendimento às necessidades de pessoas com deficiência, ou seja, deve também considerar as pessoas que não possuem deficiência. A inclusão, portanto, deve abarcar a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, todos. Desta feita, as salas de aula devem ser espaços de aprendizagem e trocas de conhecimento em que todos se sintam pertencentes e igualmente contemplados em suas necessidades educacionais. Daí que Valle e Connor (2014, p.84) afirmam que “ a inclusão é um modelo de democracia em funcionamento que tem relevância para todos nós”. Isto é, é dentro dos espaços educacionais que diante da diversidade de estudantes que se fomenta a plena participação em igualdade de condições.

No âmbito nacional, a educação inclusiva emergiu em 1994 na ocasião da Declaração de Salamanca que ressaltava o necessário enfrentamento à discriminação e exclusão das pessoas com deficiência. O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2000, foi o primeiro a trazer diretrizes e princípios concernentes a perspectiva de uma educação segregacionista (escolas especiais, classes especiais), até então, em vigência e direcionadas às pessoas com deficiência (dos Santos, 2003). Desta forma, o que se observa é que no Brasil, a educação inclusiva passou a ser substancialmente atrelada à defesa dos direitos das pessoas com deficiências e desde então, o país passou a contar com um amparo normativo mais robusto e condizente com os princípios desta perspectiva inclusiva<sup>4</sup>.

Ademais, Gesser, Block e Mello (2020) refletem em seus estudos que a transversalidade da deficiência em relação à classe, gênero e raça torna-se essencial para se compreender as formas de opressão a que estão sujeitas as pessoas com deficiência, especialmente as mulheres, pretas e pobres. As autoras ponderam que a utilização da interseccionalidade nos estudos que envolvem a desigualdade de oportunidades vivenciadas pelas pessoas com deficiência, por sua vez, é mais recente e tem como intuito desvelar que a vivência das mulheres pretas e pobres são diferentes daquela experienciada pelas mulheres brancas e de classes privilegiadas.

E considerando a mudança de perfil dos estudantes, especialmente, nas IFES brasileiras, ressalta-se a necessária realização de pesquisas e avaliações constantes sobre o acesso e a

permanência desse contingente estudantil (pessoas com deficiência, pretas, pardas, mulheres em situação de vulnerabilidade social). Além disso, vale lembrar que a busca da redução das desigualdades sociais faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Esse processo não se pode efetivar, portanto, apenas na garantia de acesso à educação superior gratuita, sem se oportunizar condições de permanência que envolvam não só a escuta, mas o protagonismo (participação ativa) dos próprios sujeitos de direitos nos vários espaços de elaboração, avaliação, execução da educação superior e da produção de conhecimento.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando que o objeto deste estudo é analisar a produção de conhecimento sobre a evolução e as tendências da produção científica a respeito das (im)possibilidades de uma educação inclusiva e anticapacitista no ensino superior, utilizou-se como metodologia a bibliometria. Segundo Silva, Hayashi e Hayashi (2011, p. 113), a bibliometria constitui em uma técnica ou atividade científica de estudos quantitativos, envolvendo uma série de técnicas estatísticas permitindo “a construção de possíveis indicadores que servem para analisar e refletir sobre a produção científica de determinados campos do saber o que corrobora com o objetivo deste estudo.

E para se chegar neste estado da arte sobre os estudos da deficiência no ensino superior, bem como, a sua análise, seguir-se-á os seguintes procedimentos elencados por Prado *et al.* (2016) de técnica bibliométrica, como apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Framework de pesquisa proposto.

|   | <b>Etapas</b>  | <b>Descrição</b>   |
|---|--|--|
| 1 | Seleção do objeto de análise e da base científica                                  | a) Definir o campo científico e teórico do trabalho;<br>b) Delimitar os objetivos do trabalho;<br>c) Escolher as bases científicas para as buscas dos artigos.   |
| 2 | Procedimentos de busca   | a) Definir os termos de busca para localizar os periódicos;<br>b) Definir os operadores para uma pesquisa avançada;<br>c) Definir os filtros de busca.   |
| 3 | Coleta e organização dos dados   | a) Definir o <i>software</i> de análise bibliométrica;<br>b) Realizar o <i>download</i> das referências no formato do <i>software</i> de análise bibliométrica e no formato de planilha eletrônica;<br>c) Importar os arquivos para o <i>software</i> de análise bibliométrica.  |
| 4 | Análise da produção científica relacionada com a amostra ( <i>Research front</i> ) | a) Análise do volume temporal das publicações selecionadas;<br>b) Análise de citações dos artigos selecionados;<br>c) Análise dos periódicos que mais publicaram;<br>d) Análise dos países dos artigos selecionados;<br>e) Análise das palavras-chaves dos artigos selecionados;<br>f) Análise dos cluster das categorias da <i>Web of Science</i> e <i>Scopus</i> |
| 5 | Análise da rede de cocitações realizada pela amostra ( <i>Intellectual base</i> )  | a) Análise da rede de cocitações dos artigos mais citados.<br>b) Análise da rede de cocitações dos periódicos mais citados.  |

Fonte: Adaptado de Prado *et al.* (2016).

Considerando os procedimentos de revisão bibliométricos propostos por Prado *et al.* (2016), tendo em vista o objetivo da pesquisa, iniciou-se as buscas nas bases internacionais *Web of Science* (WoS) e SCOPUS. A escolha dessas bases em detrimento de outras se refere a ambas possuírem uma ampla base de dados a nível global e pela possibilidade de filtragem dos artigos e artigos de revisão,

o que sugere maior robustez ao levantamento (Visser; Eck; Waltman, 2021). Na busca, foram utilizadas as palavras-chaves em língua inglesa e portuguesa: “ableis\*”; “people with disabilities”; special education; inclusive education; higher education e intersectionality.

Ressalta-se que se buscou ao longo do processo de definição dos operadores booleanos junto às bases citadas, a incorporação de palavras-chaves que, possivelmente, seriam mais diretas para se chegar à compreensão da produção de conhecimento sobre a temática da educação inclusiva e anticapacitista no ensino superior. Assim, ao tentar a utilização combinada de termos chave como “educação superior/higher education”; “capacitismo/ableis\*”; “interseccionalidade /intersectionality”; poucos resultados foram encontrados, principalmente, nas bases internacionais como a WoS – 10 resultados - e Scopus – 12 resultados. E conforme já apontado anteriormente por Gesser; Block e Mello (2020) os estudos da deficiência (“disability studies”) atrelados à interseccionalidade de raça, gênero e classe são recentes e, talvez seja por isso, que ao tentar incluir esses termos na língua inglesa nas bases WoS e Scopus, estas tenham apontado poucos artigos e/ou outras fontes de reflexões.

Em relação ao refinamento (etapa 2c, conforme a Tabela 1), este foi realizado tendo-se optado por pesquisar apenas artigos e artigos revisados, já que tais materiais passaram pela análise de pares e por esta razão podem apresentar maior rigor científico e confiabilidade nas discussões e reflexões. Além disso, priorizou-se as áreas de pesquisa como as Ciências Sociais, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, Administração e Áreas Multidisciplinares tendo em vista que o objeto de estudo deste artigo busca as reflexões sobre os fundamentos de uma perspectiva inclusiva e anticapacitista na educação superior, sendo tais áreas mais correlatas a tais discussões. Ademais, optou-se por selecionar os artigos dos últimos dez anos (2014 até 2024) tendo em vista que a temática a ser compreendida apresenta um escopo de estudos mais recente. Além disso, selecionou-se os seguintes idiomas como refinamento o inglês, português e espanhol, tendo em vista o volume maior de publicações nestas línguas.

Em relação à terceira etapa, foi definido o software Bibliometrix (Aria; Cuccurullo, 2017), bem como, o VosVier (Van Eck; Waltman, 2010) para a análise dos resultados, sendo realizado o download e a importação das referências no formato exigido pelos software’s, excluindo as duplicatas – total de onze. A amostragem desta pesquisa envolve o número total de resultados de 615, sendo 483 encontrados na Web of Science e 143 na Scopus, excluindo as duplicatas.

Quanto à quarta e última etapa – a análise de resultados, esta envolveu o volume temporal das publicações selecionadas; a compreensão sobre as citações dos artigos selecionados e também dos periódicos que mais publicaram; dos países e palavras-chaves dos artigos. A seguir apresenta-se as reflexões sobre os resultados da revisão bibliométrica.

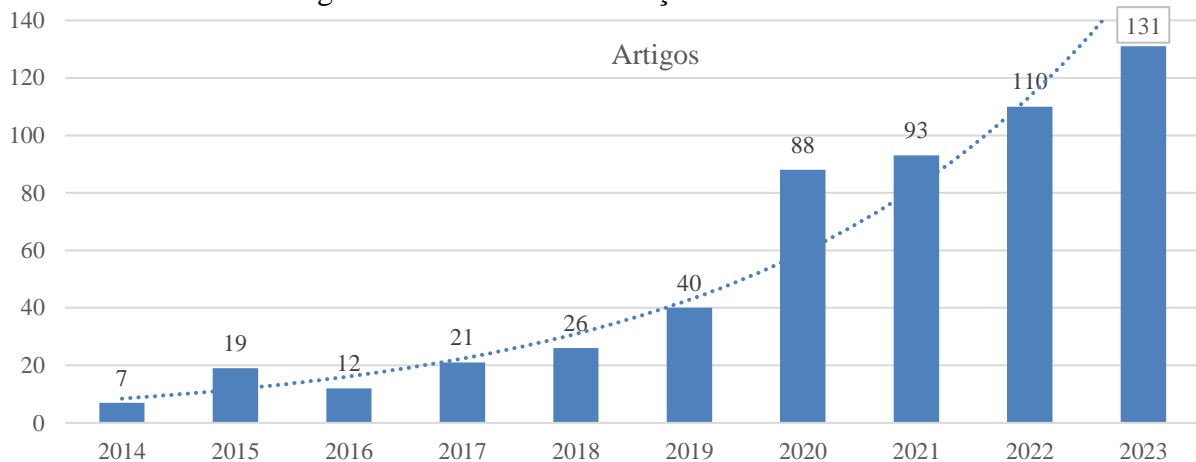
### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA**

Seguindo o framework sugerido por Prado *et al.* (2016) elencado na Tabela 1, inicia-se a análise dos resultados pela etapa 4 e 5, sendo analisados aqueles resultados considerados de maior relevância mediante a amostra da investigação proposta nesta revisão. A análise dos resultados foi feita a partir da mesclagem entre as bases da WOS e Scopus, excluindo as duplicatas, totalizando 615 artigos ou artigos de revisão.

Para a análise que visa identificar o volume temporal de publicações selecionadas na amostragem, faz-se necessário esclarecer que conforme já apontado na contextualização da temática investigada, trata-se de uma produção de conhecimento que tem sido objeto de pesquisas e estudos mais recentes, o que corrobora com a demonstração do Figura 1 que indica um aumento substancial de produção científica a partir de 2019, atingindo o seu ápice nos anos de 2022/2023. Em relação ao ano de 2024, os dados demonstraram que até o mês de agosto de 2024 foram

publicados 68 artigos, o que pode indicar o crescimento de publicações sobre a temática da educação inclusiva no ensino superior.

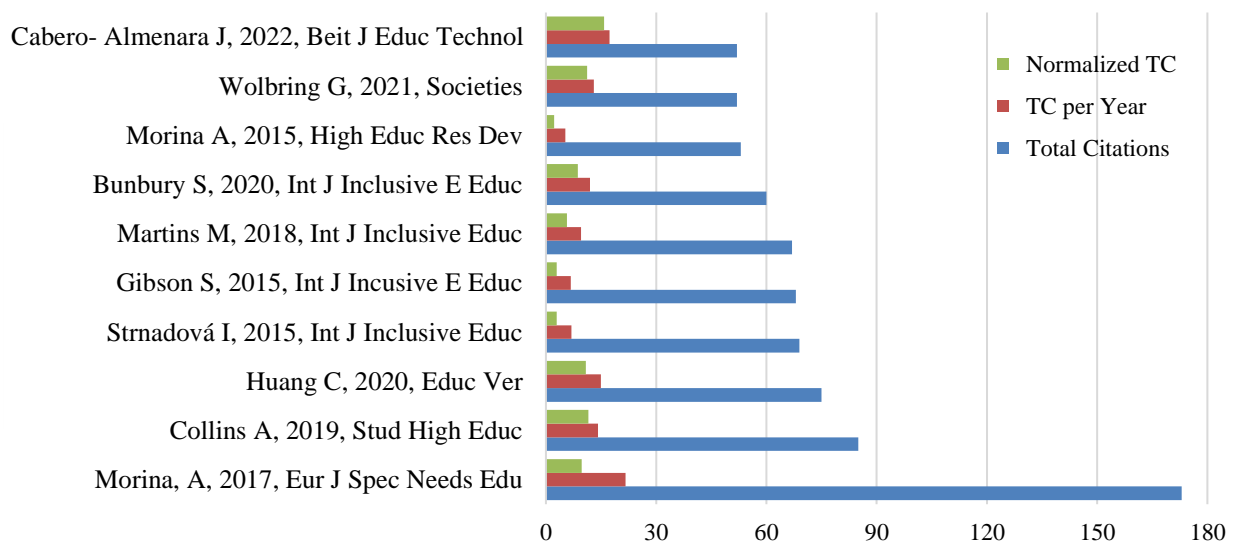
Figura 1 – Volume de Produção Científica Anual.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No que se refere à análise das citações dos artigos selecionados é importante trazer os resultados sobre os documentos mais citados globalmente e também a Figura que demonstra a densidade de citações da amostragem desta investigação. O primeiro deles (Figura 2) demonstra que a autora Morina (2017) é a que mais possui citações de seus artigos globalmente, seguida de Collins (2019). Ademais, observa-se a aparição do autor Wolbring (2021) que é uma das referências do referencial teórico, aparece neste indicador, o que demonstra que as amostras definidas se utilizaram do seu conhecimento para refletir sobre a educação superior em uma perspectiva inclusiva e anticapacitista.

Figura 2 – Documentos mais citados globalmente.

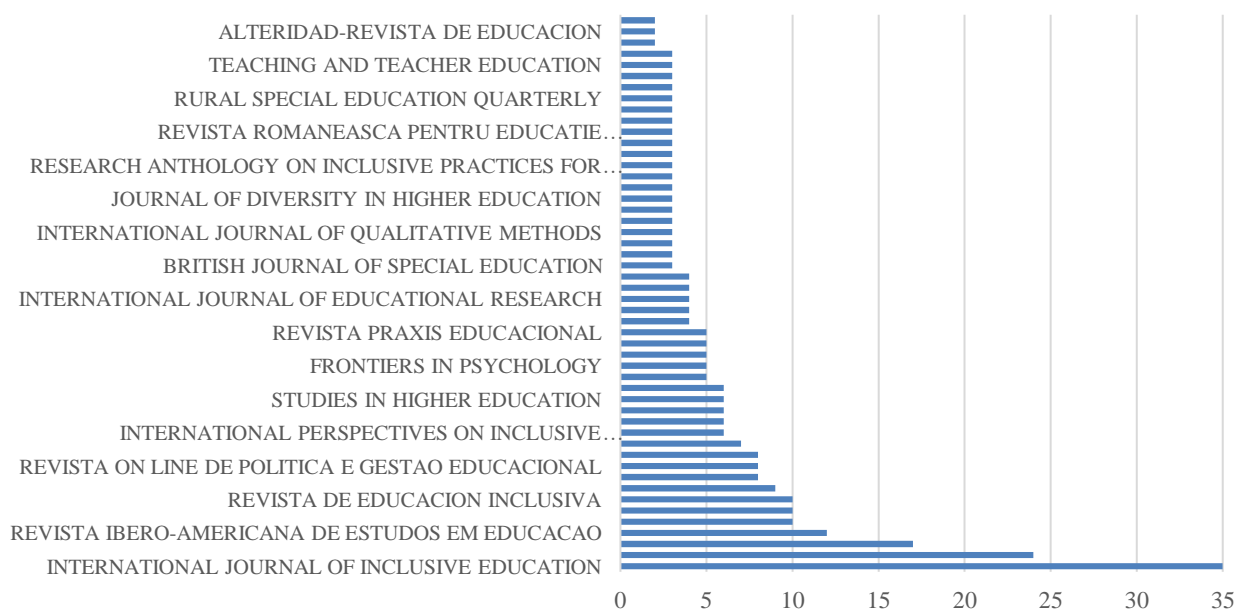


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Já em relação à análise dos periódicos que mais publicaram em relação à amostra desta revisão bibliográfica, chama a atenção a presença de algumas revistas latino-americanas e brasileiras com números de publicações próximos a 10, como a Revista Online de Política e Gestão Educacional (8 publicações), a Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (12 publicações) e Revista de Educación Inclusiva (8 publicações).

Por outro lado, como apresentado na Figura 3, as três primeiras revistas com maior número de publicações na temática investigada - International Journal of Inclusive Education (35 publicações), Education Sciences (24 publicações) e Teacher Education and Special Education (17 publicações) - possuem juntas um número considerável de publicações, o que demonstra se tratar de periódicos considerados relevantes para publicações internacionais

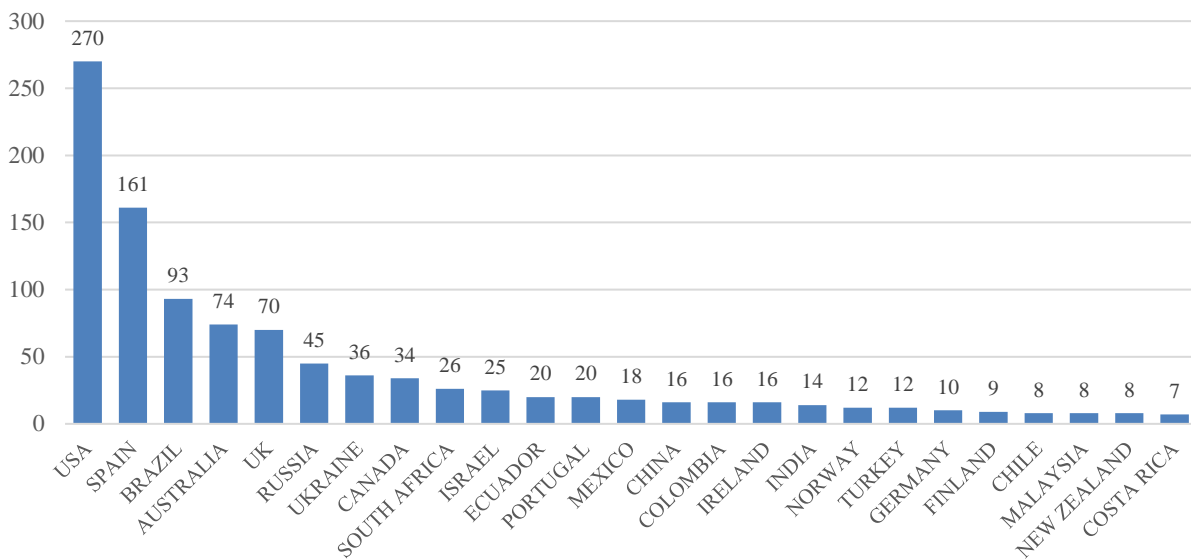
Figura 3 – Amostragem de periódicos mais relevantes.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Considerando a amostragem de publicações nas bases WoS e Scopus, a Figura 4, apresenta os países que mais publicaram a temática investigada foram Estados Unidos da América, Espanha e Brasil, sendo o volume maior de publicações o primeiro com quase o dobro de publicações em relação à Espanha e Brasil, por exemplo. O destaque do Brasil nesse cenário, figurando como terceira posição, pode ser resultado das políticas de acesso ao ensino superior, garantidas com a Lei no 13.409/2016 por meio das cotas, o que despertou maior interesse dos pesquisadores sobre a temática.

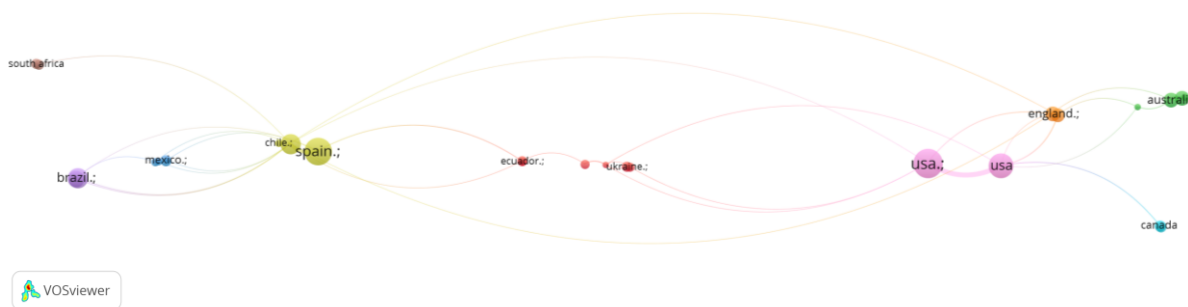
Figura 4 – Amostragem de publicações por países.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em relação aos resultados da ocorrência de redes de co-autoria por países, foi possível observar na Figura 5 que a amostragem da WoS apontou que os países que mais possuem relações são Espanha e Estados Unidos da América, porém, o Brasil apareceu possuindo relações tanto com o México, Portugal quanto com a Espanha, o que demonstra uma aproximação de conhecimento entre países americanos e europeus. Já os dados apresentados pela base Scopus demonstraram uma rede de co-autoria forte entre os EUA, Índia, Canadá e África do Sul. Quanto a base mesclada o que se pode observar é a junção das análises anteriores, como pode-se verificar na figura a seguir.

Figura 5 – Amostragem de coautoria dos países (VOSviewer).

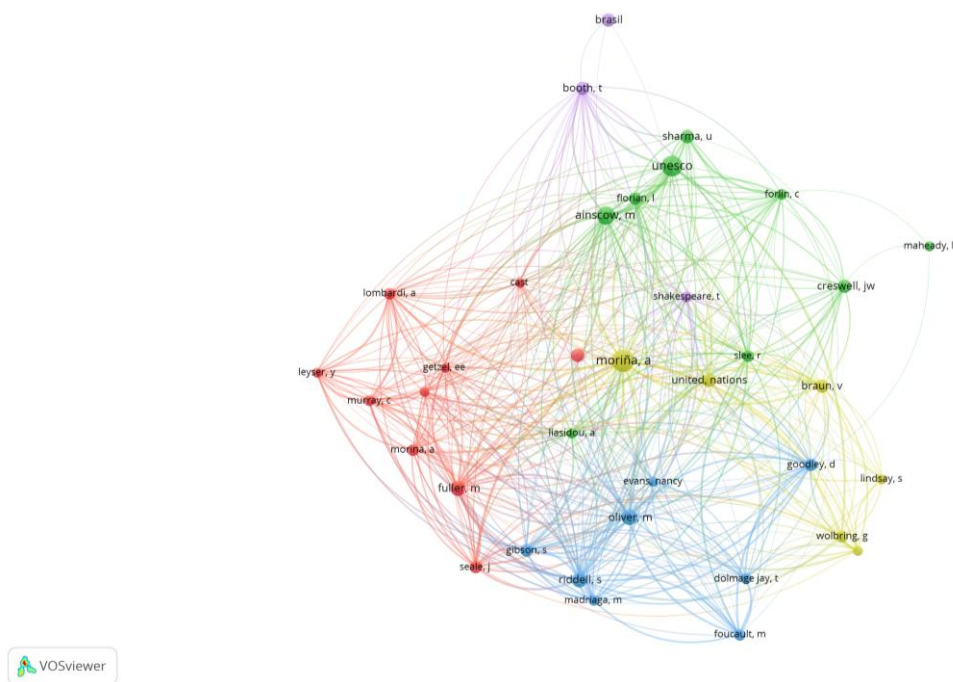


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No que se refere à análise das palavras-chave dos artigos selecionados na amostragem é possível verificar (Figura 6), por meio dos resultados mais centrais em relação à análise nas bases WoS e Scopus que as palavras educação superior, educação inclusiva, estudantes, deficiência, capacitismo apareceram de forma mais recorrente, o que aponta que a amostra selecionada trata da temática investigada de forma articulada e relacionada.

Figura 6 – Amostragem de co-ocorrências de palavras-chave.

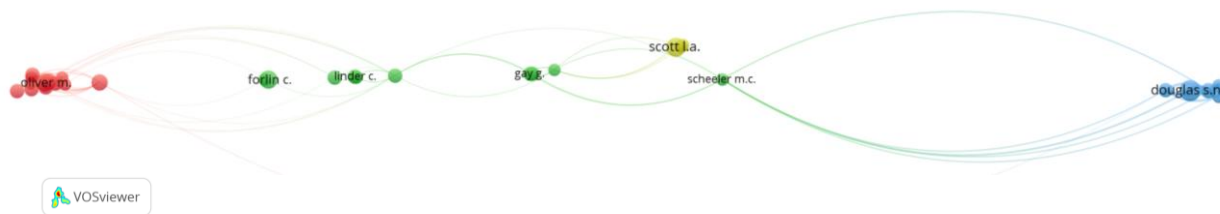




Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em relação aos resultados da base Scopus não apareceram muitas redes de ligação entre os autores, como pode ser observado na Figura 8.

Figura 8 – Amostragem de Cocitações dos artigos mais citados (Scopus).

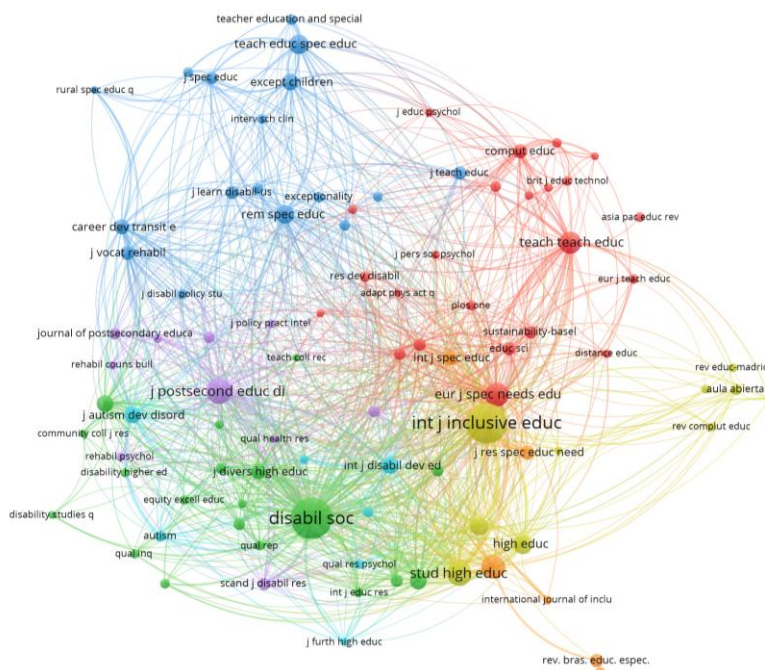


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Ademais, é possível refletir por meio da análise de rede de cocitações dos periódicos mais citados e considerados centrais e com maiores relações junto às bases da WoS e SCOPUS são os periódicos “Disability & Society” e “International Journal of Inclusive Education”, como apresentado na Figura 9.

Porém, frisa-se o aparecimento da revista Revista Brasileira de Educação Especial, dentre os periódicos que possuem relação com os periódicos que compõem a amostra, principalmente, o de maior destaque que é o periódico “International Journal of Inclusive Education”. Tal destaque se deve ao fato de que muitas das referências que compõem parte do referencial teórico deste estudo foram publicações encontradas nesta revista, porém, em maior número nas bases como Scielo (WoS) e Google Acadêmico.

Figura 9 – Amostragem de Cocitações dos periódicos mais citados.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O que se observou ainda com base na análise de como os periódicos dentro de um cluster interagem e se relacionam entre si é que estes ao se localizarem dentro do mesmo cluster geralmente compartilham temas ou abordagens semelhantes. Nesse sentido, as interconexões entre os periódicos mais citados, também proporcionaram insights sobre a estrutura do campo de estudo e corroboraram a contextualizar a relevância desta investigação na produção científica.

### 3.1 Agenda de Estudos Futuros

Tendo como referência o trabalho de Filser; Silva e Oliveira (2017) sobre como realizar uma síntese para o levantamento de futuras propostas de investigação, elaborou-se a Tabela 4 que amparou a elaboração de uma agenda de estudos futuros baseadas nas análises realizadas no estudo.

Esse procedimento permitiu a criação de uma revisão capaz de consolidar as orientações existentes dentro do campo de investigação atual e também de explorar novas possibilidades de produção de conhecimento em âmbito abrangente. Neste interim, apresenta-se a seguir as técnicas de refinamento utilizadas para se chegar na amostragem dos estudos que fundamentaram a construção da agenda de estudos futuros.

Como primeiro passo, optou-se por ajustar os operadores booleanos utilizados nas buscas nas bases WoS e Scopus, de forma a priorizar estudos que considerassem a interseccionalidade, transversal às deficiências, como elemento essencial no enfrentamento do capacitismo, racismo e sexismo no ensino superior. Foram selecionados apenas artigos e revisões publicadas nos últimos quatro anos (de 2020 a 2024). Essa delimitação temporal se justifica pelo fato de que, nesse período mais recente, as possíveis sugestões de pesquisas futuras identificadas nos artigos ainda não foram exploradas ou solucionadas pelos autores da área, conforme ponderam Filser, Silva e Oliveira (2017).

A Tabela 4, apresenta os resultados referentes aos operadores booleanos ajustados, bem como, ao número de resultados encontrados em cada base.

Tabela 2 – Strings de busca ajustadas.

| Base              | String   | Número de resultados |
|-------------------|--|----------------------|
| 1 Web of Science  | TS= (ableis* AND higher_education AND intersectionality) OR TS= (ableism* AND disabilities AND university AND inclusive_education)                     | 15                   |
| 2 Scopus          | TITLE-ABS-KEY (ableis* AND higher_education AND intersectionality) OR TITLE-ABS-KEY (ableism* AND disabilities AND university AND inclusive_education) | 17                   |
| 3 Bases Mescladas | Não se aplica  | 14                   |

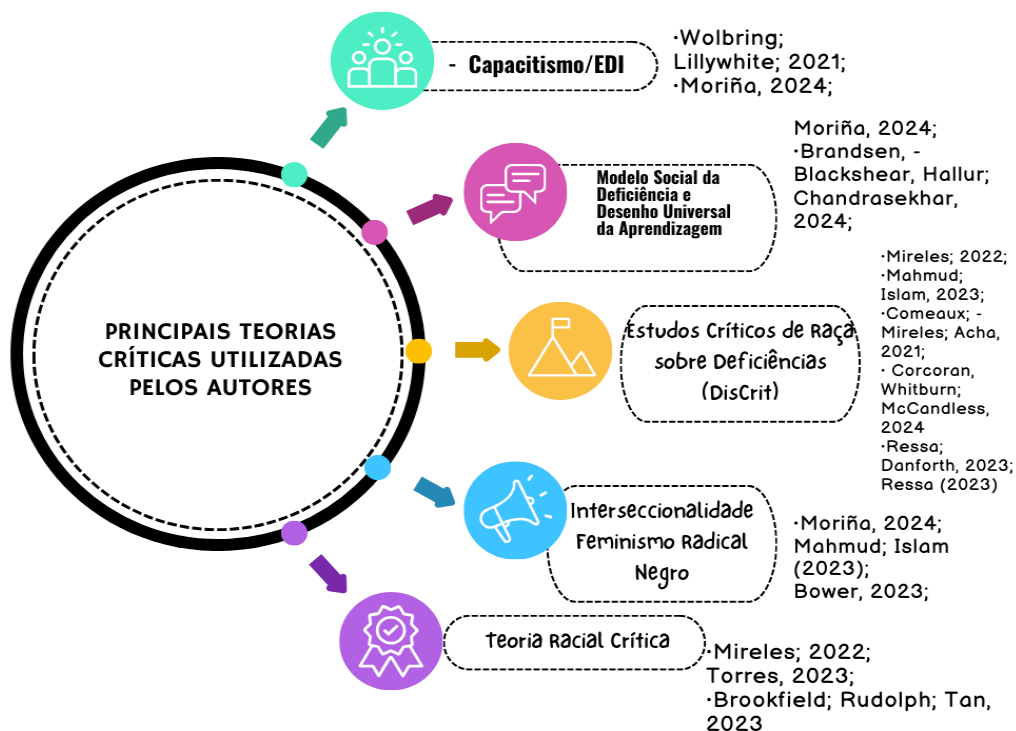
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Conforme pode-se observar, ao excluir as duplicatas da base mesclada da WoS e Scopus, chegou-se a um total de 14 resultados, que compõem a amostragem que foi resumida por meio de uma matriz de síntese inspirada em Bottentuit Junior (s.d). A seguir, apresenta-se a Figura 10 com o mapa das direções de pesquisas futuras e os artigos correspondentes que as sugerem.

Assim, considerando as contribuições dos artigos que compuseram a amostragem para a realização de novas possibilidades de exploração e produção de conhecimento, conforme destacado por Filser; Silva e Oliveira (2017), encontrou-se algumas tendências de estudos futuros, categorizados entre estudos que incentivam um aprofundamento teórico (Wolbring; Lillywhite; 2021; Apelmo, 2022; Mireles; 2022; Mahmud; Islam, 2023; Torres, 2023; Brandsen, Blackshear, Hallur; Chandrasekhar, 2024; Bower, 2023; Ressa, 2023; Brookfield; Rudolph; Tan, 2024) e de ampliação de pesquisas empíricas junto à população estudantil com deficiências e outros aspectos identitários e de desigualdade racial, classe e gênero (Moriña, 2024; Comeaux; Mireles; Acha, 2021; Corcoran, Whitburn; McCandless, 2024; Ressa; Danforth, 2023; Reason; Ward, 2022).

Em relação à tendência sobre o aprofundamento teórico (Figura 10), os autores citados encontram-se em sua maioria interessados nas perspectivas dos Estudos Críticos das Deficiências (DisCrit), por vezes se encontram relacionados com as contribuições teóricas do Feminismo Radical Negro e a Teoria Crítica Racial. Algumas outras tendências teóricas apareceram e podem servir de fundamentação para a compreensão e, conseqüente, intervenção sobre as problemáticas vivenciadas pelos estudantes com deficiência, negros, mulheres e internacionais (advindos de países periféricos) no ensino superior. Ou seja, apesar de estudos dos anos de 2021 já apontarem a necessidade de aprofundamento teórico, por meio destas perspectivas epistemológicas, ainda persistem tais indicações em estudos mais recentes neste ano de 2024, o que demonstra que tal tendência de estudo futuro ainda não foi sanada do ponto de vista da produção de conhecimento em um âmbito mais macro.

Figura 10 – Aprofundamento teórico por temática.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto às tendências de estudos futuros por meio de pesquisas empíricas, o que se observou é que ainda continua essencial buscar a compreensão do fenômeno da permanência dos estudantes com deficiência e suas interseccionalidades, com apoio de técnicas de coleta de dados que permitam incluí-los nas pesquisas de maneira ativa alcançando suas narrativas. E, neste ponto, cabe ressaltar que os autores que utilizaram-se de metodologias como as contranarrativas (Mireles, 2022), autoetnografia (Ressa; Danforth, 2023) e entrevista qualitativa (Brookfield; Rudolph; Tan, 2024) buscaram ressaltar a relevância de se considerar as vivências, diálogos e contribuições dos próprios sujeitos de pesquisa para teorizar sobre as possibilidades do ensino superior mais inclusivo e anticapacitista. Assim, o que se vislumbra nesta tendência de estudo futuro é justamente a integração das posturas epistemológicas dos investigadores junto às pesquisas empíricas.

Neste sentido, surge a necessidade de se articular pesquisas empíricas juntamente com às teorias dos Estudos Críticos da Deficiência, Teoria Crítica Racial, Feminismo Negro e outras correntes críticas, para que sejam produzidos conhecimentos em conjunto com os sujeitos de pesquisa e não somente sobre eles. Por meio desta articulação, vislumbra-se uma real contribuição do campo científico para o enfrentamento das vivências de exclusão, desiguais e de violência dos discentes com deficiência no ensino superior.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises da amostra de artigos selecionados nas bases WoS e SCOPUS o que se observa é que há uma diversidade de pesquisas, investigações e estudos sobre a educação inclusiva no ensino superior que vem apresentando crescimento. Porém são apresentados desafios e lacunas em relação a problematização do capacitismo, racismo, sexismo e classismo que tanto interfere e influencia a permanência das pessoas com deficiência no ensino superior. Ademais, a revisão bibliométrica permitiu a mensuração das principais publicações sobre o campo

investigado, o que propiciou visualização dos principais estudos e autores considerados seminais.

Entretanto, apesar das tentativas de localização de estudos científicos que abordassem diretamente as problemáticas sobre o capacitismo no ensino superior e as possibilidades de seu enfrentamento por meio de práticas e perspectivas educacionais inclusivas e anticapacistas, observou-se o número reduzido de artigos para a realização da agenda de estudos futuros. Ademais, considerando a amostragem dos artigos utilizados como fundamentação para a agenda de estudos futuros, observa-se possibilidades consideráveis de pesquisas que atrelam uma fundamentação teórica com base nos Estudos Críticos das Deficiências (DisCrit) junto às contribuições teóricas e empíricas fundamentadas no Feminismo Radical Negro e na Teoria Crítica Racial.

Assim, pode-se concluir a necessidade de pesquisas que articulem tais temáticas com as realidades presentes no ensino superior. Como contribuições possíveis que esta revisão bibliométrica trouxe está a necessidade de se maior aprofundamento teórico e empírico sobre o ensino superior partindo de uma perspectiva inclusiva e anticapacitista; a identificação fundamentada empiricamente e teoricamente sobre os elementos histórico-sociais relacionados à interseccionalidade de classe, raça, gênero e deficiência que impactam na rotina acadêmica dos estudantes com deficiência; e a formulação de políticas de permanência transversais às normativas do regime acadêmico das instituições de ensino superior, permitindo o reconhecimento e a atuação institucional frente à vivência da desigualdade de oportunidades e condições entre os perfis estudantis

Ademais, enquanto limitação da pesquisa, frisa-se a técnica utilizada, que se baseia em um levantamento mais quantitativo nas bases internacionais, o que pode ter restringido uma reflexão mais aprofundada sobre os desafios e dilemas da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, principalmente, no âmbito nacional. Por isso, sugere-se a realização de trabalhos qualitativos que podem ter como foco periódicos e bases nacionais para compreender a realidade do Brasil frente a inclusão desse grupo não só nas instituições de ensino superior federais, como também nas organizações de ensino superior privada.

## REFERÊNCIAS

- APELMO, E. What is the problem? Dis/ability in Swedish physical education teacher education syllabi. *Sport, Education and Society*, v. 27, n. 5, p. 529-542, 2022.
- ARIA, M.; CUCCURULLO, C. Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of Informetrics*, v. 11, n. 4, p. 959-975, 2017.
- BOWER, L. J. The Woman in Black: A Defense of Trigger Warnings in Creating Inclusive Academic Spaces for Trauma-Affected Students through a Feminist Disability Studies Pedagogy. *Journal of Criminal Justice Education*, p. 1-18, 2023.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 29 ago. 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 23 abr. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, 6 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 14 jul. 2024.
- BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.
- BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em: 27 mar. 2024.

BRANDSEN, S.; BLACKSHAW, K.; COLEMAN, R.; HALLUR, S.; CHANDRASEKHAR, T. Developing an inclusive campus for autistic students. *Journal of Diversity in Higher Education*, 2024.

BRODERICK, A.; LALVANI, P. Dysconscious ableism: Toward a liberatory praxis in teacher education. *International Journal of Inclusive Education*, v. 21, n. 9, p. 894-905, 2017.

BROOKFIELD, S. D.; RUDOLPH, J.; TAN, S. 'Failing well' in teaching about race, racism and white supremacy. An interview with Stephen Brookfield. *Journal of Applied Learning and Teaching*, v. 7, n. 1, 2024.

CAMPBELL, F. A. A produção de incapacidade e capacidade. Springer, 2009.

CHIMENTI, P. Muito além da bibliometria: O valor das revisões de literatura na pesquisa em Administração. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, e250209, 2025.

COMEAX, E.; MIRELES, D.; ACHA, A. Dis/abled student campusmaking: Sites of new possibility. *Education Sciences*, v. 11, n. 11, p. 745, 2021.

CORCORAN, T.; WHITBURN, B.; MCCANDLESS, T. Making Inherent Requirements Coherent: Anticipating a Means to Inclusive Education, 2024.

DIBBERN, T.; SERAFIM, M. P. A educação em Direitos Humanos e o compromisso social da universidade, 2021.

DOLMAGE, J. T. *Academic ableism: Disability and higher education*. University of Michigan Press, 2017.

FILSER, L. D.; DA SILVA, F. F.; DE OLIVEIRA, O. J. State of research and future research tendencies in lean healthcare: A bibliometric analysis. *Scientometrics*, v. 112, n. 2, p. 799-816, 2017.

GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (Orgs.). *Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social*. Curitiba: CRV, 2020. p. 17-35.

GRAPHICS, K. A Situação das Pessoas Negras com Deficiência no Brasil. 2023. Disponível em: [https://minorityrights.org/wp-content/uploads/2023/03/MRG\\_Brief\\_Brazil\\_PORT-1.pdf](https://minorityrights.org/wp-content/uploads/2023/03/MRG_Brief_Brazil_PORT-1.pdf). Acesso em: 30 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Pessoas com deficiência: 2022*. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf). Acesso em: 30 ago. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse estatística da Educação Superior 2022*. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 13 jul. 2024.

LEITE, D. F. B.; PADILHA, M. A. S.; CECATTI, J. G. Approaching literature review for academic purposes: The Literature Review Checklist. *Clinics*, v. 74, p. e1403, 2019.

LIMA, E. B.; FERREIRA, S. D. M.; LOPES, P. H. Influências da eugenia na legislação educacional brasileira: As produções capacitistas na educação especial. In: GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (Orgs.). *Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social*. Curitiba: CRV, 2020. p. 165-189.

MAHMUD, A.; ISLAM, M. Intersectional oppression: A reflexive dialogue between Muslim academics and their experiences of Islamophobia and exclusion in UK Higher Education. *Sociology Compass*, v. 17, n. 2, e13041, 2023.

MCRUER, Robert. *Crip Theory: Cultural Signs of Queerness and Disability*. New York: New York University Press, 2006.

MELLO, A. G. de; NUERNBERG, A. H. Gênero e deficiência: Interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 3, p. 635-655, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300003>.

MIRELES, D. Theorizing racist ableism in higher education. *Teachers College Record*, v. 124, n. 7, p. 17-50, 2022.

MORIÑA, A. When what is unseen does not exist: Disclosure, barriers and supports for students with invisible disabilities in higher education. *Disability & Society*, v. 39, n. 4, p. 914-932, 2024.

PRADO, J., *et al.* Multivariate analysis of credit risk and bankruptcy research data: A bibliometric study involving different knowledge fields (1968-2014). *Scientometrics*, v. 106, n. 3, 2016.

PRICE, Margaret. *Crip spacetime: access, failure, and accountability in academic life*. Durham; London: Duke University Press, 2024. ISBN 978-1-4780-3037-9.

RESSA, T. W.; DANFORTH, S. Disability, Race, and Origin Intersectionality in the Doctoral Program: Ableism in Higher Education, 2023.

RESSA, T. W. Disability, race, and immigration intersectionality: Disempowering the disabled through institutionalized ableism in American higher education. *The Educational Forum*, v. 87, n. 1, p. 17-32, jan. 2023. Routledge.

SANTOS, M. P. dos. O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva. *Revista Movimento – Revista da Faculdade de Educação da UFF*, v. 7, p. 78-91, 2003.

SILVA, M. R. da; HAYASHI, C. R. M.; HAYASHI, M. C. P. I. Bibliometric and scientometric analyses: Challenges for specialists working in the field. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 2, n. 1, p. 110-129, 2011.

TORRES, L. E. Sobrevivendo Sin Sacrificando (Surviving without Sacrificing)—An inter<sup>5</sup>sectional DisCrit Testimonio from a tired mother-scholar of color. In: *Enacting Disability Critical Race Theory*. p. 27-40. Routledge, 2023.

VALLE, Jan; CONNOR, David. Ressignificando a Deficiência: Da Abordagem Social às Práticas Inclusivas na Escola. Porto Alegre: AMGH, 2014.

VAN ECK, N.; WALTMAN, L. Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. *Scientometrics*, v. 84, n. 2, p. 523-538, 2010.

WOLBRING, G.; LILLYWHITE, A. Equity/equality, diversity, and inclusion (EDI) in universities: The case of disabled people. *Societies*, v. 11, n. 2, p. 49, 2021.

XABA, W. Challenging Fanon: A Black radical feminist perspective on violence and the Fees Must Fall movement. *Agenda*, v. 31, n. 3-4, p. 96-104, 2017.

<sup>1</sup> Conforme Campbell (2009, p. 5) “[...] o capacitismo transcende os procedimentos e estruturas para governar a sociedade civil, e se localiza claramente nas arenas das genealogias do conhecimento. Há pouco consenso sobre que práticas e comportamentos constituem o capacitismo. Podemos, no entanto, dizer que uma característica principal do ponto de vista capacitista é uma crença que lesão ou deficiência (independentemente do “tipo”) é inerentemente negativa e deveria ser melhorada ou curada ou mesmo eliminada.”

<sup>2</sup> “Pensamento segregacionista, constituiu-se ao longo da história, estruturado sob práticas econômicas marcadas por crenças de superioridade de alguns humanos que, supostamente, seriam de raça pura ou bem nascidas que refletiu nas decisões políticas governamentais de muitas nações, assim como, no Brasil” (Lima; Ferreira e Lopes, 2020, p. 166).